




## C A P Í T U L O 11

# OS BENEFÍCIOS DE MOÇAMBIQUE NO ACORDO PREFERENCIAL MOÇAMBIQUE-INDONÉSIA NO COMÉRCIO DE MERCADORIAS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8741925271011>

**Filipe Zeca Canção**

Docente na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Lúrio – Moçambique

**Aura Alberto Alves**

Estudante da Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos - Mestrandos em Administração e Gestão de Negócios

**Aly Jaime**

Estudante da Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos - Mestrandos em Administração e Gestão de Negócios

**RESUMO:** Os acordos preferenciais (APs) são instrumentos jurídicos que promovem a liberalização comercial entre dois ou mais países, com benefícios mútuos em tarifas ou não exactamente em tarifas, mas restritos aos países signatários. Compreender os benefícios de Moçambique no acordo preferencial com a Indonésia no comércio de mercadorias constitui o objectivo desta pesquisa. A metodologia de estudo foi a revisão bibliográfica, quanto a abordagem é qualitativa e quanto ao objectivo é descritiva. Como constatação, este acordo oferece à Moçambique benefícios relacionados com a ampliação das suas exportações e fortalece sectores produtivos locais. A redução de tarifas e a simplificação do comércio tornam o país mais atrativo para investidores estrangeiros. Além de favorecer o comércio, o acordo pode contribuir para o crescimento económico de Moçambique e incentivar a sua industrialização e a geração de empregos.

**PALAVRAS CHAVES:** *Acordo, Redução, Tarifas, Moçambique, Indonésia.*

## MOZAMBIQUE'S BENEFITS IN THE MOZAMBIQUE-INDONESIA PREFERENTIAL TRADE AGREEMENT IN GOODS

**ABSTRACT:** Preferential Agreements (PAs) are legal instruments that promote trade liberalization between two or more countries, with mutual benefits in terms of tariffs or not exactly tariffs, but restricted to the signatory countries. Understanding the benefits Mozambique benefits from the preferential agreement with Indonesia in the trade of goods is the objective of this research. The study methodology was a literature review, with a qualitative approach and descriptive objective. It has been found that this agreement offers Mozambique benefits related to the expansion of its exports and strengthens local production sectors. Tariff reduction and trade simplification make the country more attractive to foreign investors. In addition to promoting trade, the agreement can contribute to Mozambique's economic growth and encourage its industrialization and job creation.

**Keywords:** *Agreement, Reduction, Tariffs, Mozambique, Indonesia.*

### INTRODUÇÃO

No cenário actual da economia, os acordos preferenciais de comércio (APCs) têm se mostrado mecanismos essenciais para estimular a integração entre países e promover maior dinamismo nas trocas comerciais. A essência desses acordos está em reduzir tarifas e barreiras de entrada, de modo a facilitar o acesso aos mercados e incentivar o investimento estrangeiro, mas também acarretam efeitos como o desvio de comércio em benefício de parceiros menos competitivos (Bhagwati & Panagariya, 1996; Krueger, 1999).

Com o passar do tempo, esses acordos ultrapassaram o simples enfoque tarifário e passaram a incluir normas que envolvem questões regulatórias, ambientais e de investimento. (Bagwell & Mavroidis, 2011). Servem não apenas para fins comerciais, mas também estratégicos, já que impactam a correlação de forças entre os Estados (Mansfield & Milner, 2015). Adicionalmente, embora os APCs possam ser vistos como complementares ao regime multilateral conduzido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), também podem representar desafios para a coerência normativa do sistema internacional, dependendo do seu desenho institucional e dos compromissos assumidos (Limão, 2016).

Tais acordos podem ser feitos entre países com padrões económicos diferentes ou similares. Moçambique, na perspectiva de se firmar no cenário económico internacional, tem buscado estabelecer acordos de comércio preferencial com diferentes países, sejam eles africanos ou de outros continentes. É nesse contexto que em Agosto de 2019 foi assinado o acordo comercial preferencial entre Moçambique e a Indonésia com vista ao aproveitamento mútuo das oportunidades que ambos países oferecem (Asian Development Bank, 2023).

Assim, compreender os benefícios de Moçambique no acordo preferencial com a Indonésia no comércio de mercadorias constitui o objectivo desta pesquisa, cuja metodologia de estudo foi a revisão bibliográfica, quanto a abordagem é qualitativa e quanto ao objectivo é descritiva.

## CONCEITOS E TIPOS DE ACORDOS INTERNACIONAIS

Os acordos internacionais são instrumentos jurídicos que regulam as interações entre países, com o objectivo de promover cooperação em diversas áreas, como comércio, segurança, meio ambiente e ciência. Esses acordos podem ser classificados de acordo com sua natureza e abrangência. Entre os tipos mais relevantes destacam-se: tratados bilaterais e multilaterais, que impõem obrigações legais entre duas ou mais nações, como o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) (Pearson, 2020). Existem também, acordos comerciais regionais, destinados a facilitar o comércio entre países vizinhos, como o Acordo Estados Unidos–México–Canadá. (USMCA, na língua inglesa), sucessor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) (Schulz, 2022).

Existem protocolos ambientais, que são acordos voltados à conservação ambiental e ao uso sustentável de recursos naturais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Protocolo de Nagoya (CBD Secretariat, 2021; UNEP, 2019); e por sua vez, acordos de investimento bilateral (BITs), estabelecem regras de proteção e segurança para investidores estrangeiros (UNCTAD, 2022); entretanto, acordos de parceria internacional, são instrumentos que promovem cooperação em educação, pesquisa e cultura, como os realizados pela *Penn State University* (Penn State Global, 2025).

## Objectivos e Benefícios

Os objectivos principais desses acordos incluem a promoção do comércio e crescimento económico, por meio da redução de barreiras comerciais (Schulz, 2022); a proteção ambiental, garantindo práticas sustentáveis (CBD Secretariat, 2021); a segurança internacional, prevenindo a proliferação de armas e conflitos (American Bar Association, 2025); fomento a investimentos estrangeiros, criando um ambiente seguro e previsível (UNCTAD, 2022); e a cooperação científica e cultural, estimulando pesquisas e intercâmbios internacionais (Penn State Global, 2025).

Entre os benefícios mais destacados estão o acesso a novos mercados, ampliando oportunidades de negócios (Schulz, 2022); a transferência de tecnologia e conhecimento, promovendo o desenvolvimento económico e científico (ODI, 2025); o fortalecimento da paz e estabilidade, ao reduzir conflitos e tensões internacionais (American Bar Association, 2025); o desenvolvimento sustentável, assegurando

o uso responsável de recursos naturais (UNEP, 2019); e a melhoria das relações diplomáticas, consolidando alianças e parcerias estratégicas (Penn State Global, 2025). Portanto, os acordos internacionais são fundamentais para a cooperação global e para o enfrentamento de desafios contemporâneos, contribuindo para o desenvolvimento económico, social, ambiental e científico entre países (Pearson, 2020; Schulz, 2022; Penn State Global, 2025).

## **HISTORIAL DOS ACORDOS BILATERAIS SOBRE O COMÉRCIO PREFERENCIAL MOÇAMBIQUE-INDONÉSIA**

O comércio preferencial entre Moçambique e Indonésia é formalmente estruturado pelo Acordo de Comércio Preferencial Moçambique–Indonésia, que constitui o principal tratado nesse âmbito. As negociações iniciaram-se em 2018, após uma declaração ministerial conjunta, culminando com a assinatura oficial em 27 de Agosto de 2019, em Maputo. Moçambique ratificou o acordo em Novembro de 2020, com a publicação no Boletim da República (BR) em Dezembro do mesmo ano, e sua implementação efetiva iniciou-se em 2022, marcando um avanço significativo nas relações comerciais bilaterais (Asian Development Bank, 2020; World Trade Organization, 2019).

A nota introdutória deste acordo evidencia a amizade histórica entre os países e a intenção de criar um ambiente favorável à cooperação económica, salientando os benefícios sociais e económicos de uma parceria mais estreita, incluindo a participação de pequenas e médias empresas no comércio internacional (Republic of Mozambique & Republic of Indonesia, 2019).

Além do acordo de comércio preferencial Moçambique–Indonésia, não há registo de outros tratados formais de comércio preferencial entre Moçambique e Indonésia. Contudo, a parceria bilateral vem sendo expandida por meio de memorandos de entendimento e cartas de intenção, que abrangem diversos sectores estratégicos. Em agosto de 2023, por exemplo, foram assinados documentos relacionados ao controle de produtos biológicos, à segurança e ao sector de defesa (Antara News, 2023). Paralelamente, esforços têm sido feitos para otimizar a aplicação do acordo de comércio preferencial, com destaque para a cooperação entre câmaras de comércio e iniciativas de fortalecimento da segurança sanitária, visando ampliar exportações de produtos estratégicos (Antara News, 2023; Zawya, 2023).

Ainda, existe menção à assinatura de um acordo bilateral de promoção e protecção de investimentos (BIT) entre Moçambique e Indonésia, embora não esteja claro se este já foi formalmente assinado. Esses instrumentos adicionais refletem a intenção de ampliar a cooperação económica para sectores como energia, saúde, defesa e investimentos bilaterais [Agência Moçambicana de Promoção de Exportações e Investimentos, (s.d.); Zawya, 2023]].

Dessa forma, a relação comercial e económica Moçambique–Indonésia é estruturada pelo acordo de comércio preferencial Moçambique–Indonésia, mas se complementa com memorandos, cartas de intenção e potenciais tratados de investimento, formando um quadro institucional abrangente para o fortalecimento da cooperação bilateral e a promoção do desenvolvimento económico.

## O acordo comercial preferencial entre Moçambique e a Indonésia

As relações diplomáticas entre Moçambique e Indonésia foram estabelecidas em 1991, evoluindo gradualmente para parcerias mais estratégicas, incluindo memorandos de entendimento em comércio, ciência e tecnologia, e programas de capacitação técnica (Arif & Kusuma, 2021). Em 2018, durante o Fórum Indonésia–África em Bali, surgiu a ideia de um acordo comercial preferencial, cujas negociações começaram formalmente em Maputo e se estenderam por várias rodadas no mesmo ano até a efectivação da sua assinatura conforme se referiu no capítulo anterior (Reuters, 2019).

Em vigor desde junho de 2022, visa fortalecer as relações comerciais bilaterais por meio da redução de barreiras tarifárias e da promoção do comércio de mercadorias. Embora tenha como foco principal o comércio, o acordo também busca consolidar a cooperação económica e política entre os dois países (World Trade Organization, 2024). Dai que, tem como missão consolidar a cooperação comercial bilateral, promovendo a diversificação de produtos e mercados, assim como atrair investimentos estratégicos (DHL, 2025). Por sua vez, sua visão é a construção de uma parceria económica duradoura, capaz de fomentar o desenvolvimento económico e fortalecer a integração comercial e ampliar o acesso a mercados recíprocos, (Arif & Kusuma, 2021).

Constituem seus objectivos principais reduzir e eliminar tarifas sobre mercadorias comercializadas entre os dois países; remover barreiras não tarifárias para facilitar o fluxo de bens e serviços; ampliar e diversificar as exportações; incentivar a agregação de valor dos produtos exportados; e criar um ambiente que favoreça investimentos bilaterais, estimulando o crescimento económico (Asian Development Bank, 2023).

Neste acordo, Moçambique compromete-se a eliminar tarifas sobre 217 produtos indonésios, incluindo óleo de palma, margarina, borracha e frutas. Por sua vez, a Indonésia reduz tarifas sobre 242 produtos moçambicanos, como nozes, soja, sementes de girassol, algodão e alumínio, promovendo uma troca comercial mais equilibrada (World Trade Organization, 2024). Este acordo pretende também aumentar o volume de comércio e diversificar as exportações e importações, beneficiando sectores-chave como agricultura, indústria e energia.

Porém, este processo exige esforços contínuos de implementação e monitoramento para que os benefícios sejam plenamente atingidos. Outro propósito deste acordo, reside no fortalecimento de relações bilaterais, servindo como plataforma para aprofundamento da cooperação económica, política e cultural. Embora o foco seja comercial, espera-se que a parceria contribua também para o desenvolvimento conjunto e para um entendimento mútuo mais sólido (International Economic Association, 2022).

É tida como estratégia de implementação, além da redução de tarifas de produtos já identificados (Tridge, 2020); o apoio Indonésio à Moçambique com capacitação técnica em sectores como têxteis, agricultura, petróleo e gás, desde 2011 (Arif & Kusuma, 2021). E para facilitar o comércio, medidas foram adoptadas para simplificar processos alfandegários e reduzir barreiras burocráticas (International Energy Agency, 2024). Finalmente, incentivos foram criados para atrair investimentos indonésios em sectores estratégicos em Moçambique, incluindo energia, infraestrutura e indústria (DHL, 2025).

## Características do acordo preferencial

Os acordos preferenciais (APs) são instrumentos jurídicos que promovem a liberalização comercial entre dois ou mais países, concedendo-lhes benefícios em tarifas ou não exactamente em tarifas, mas não são estendidos para outras nações. Entretanto, são flexíveis e estratégicos por permitirem aos países promoverem o comércio e o desenvolvimento económico de forma diferenciada, reconhecendo suas disparidades e necessidades específicas. Diferentemente dos acordos multilaterais, que visam a liberalização comercial global, os APs permitem que os países envolvidos ofereçam concessões comerciais exclusivas entre si, sem a obrigação de estender esses benefícios a terceiros (Dür & Elsig, 2016).

Uma característica fundamental dos APs é a assimetria nas concessões. Geralmente os países desenvolvidos oferecem preferências comerciais a países em desenvolvimento sem exigir benefícios em troca, isso visa apoiar o crescimento económico dos países menos desenvolvidos. Essa abordagem reflete o princípio de tratamento especial e diferenciado, reconhecendo as disparidades económicas entre os países participantes (Baena-Rojas & Herrero-Olarte, 2020). Além disso, os APs podem incluir instrumentos que não sejam tarifas, como é o caso de regras de origem dos produtos para que possam se beneficiar das preferências comerciais. Essas regras são essenciais para evitar o desvio de comércio, onde produtos de países que não fazem parte do acordo entram no mercado preferencial sem cumprir os requisitos de origem (Malkawi & El-Shafie, 2019).

Outro aspecto que merece destaque, é a flexibilidade dos APs. Os países podem negociar acordos que atendessem às suas necessidades específicas, ajustando os termos conforme suas prioridades económicas e políticas. Essa flexibilidade permite que os APs sejam adaptados para promover sectores estratégicos ou responder as mudanças nas condições económicas globais (Limão, 2016). Em termos de impacto económico, os APs têm o potencial de aumentar o comércio bilateral entre os países participantes, ao reduzir ou eliminar barreiras comerciais. Mas é importante notar que os benefícios podem variar dependendo da estrutura do acordo e das economias envolvidas (Yao *et al.*, 2021).

Para o caso particular do acordo de comércio preferencial entre Moçambique e Indonésia que visa essencialmente fortalecer as relações comerciais, promovendo a diversificação e o aumento do comércio bilateral entre as duas nações (Asian Development Bank, 2024), tem como características a eliminação e redução de tarifas aduaneiras. As reduções tarifárias variam de 20% a 70%, dos produtos ante referenciados (International Energy Agency, 2024). Além das concessões tarifárias, incorpora medidas técnicas e sanitárias alinhadas às normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), visando facilitar o comércio e garantir a conformidade com os padrões internacionais (World Trade Organization, 2024).

O acordo também reconhece a assimetria económica entre os dois países, com Moçambique recebendo preferências comerciais sem reciprocidade imediata, refletindo o princípio de tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento (Asian Development Bank, 2024). Em termos de impacto estratégico, o acordo posiciona Moçambique como um ponto de acesso ao mercado africano para a Indonésia, aproveitando sua localização geográfica e infraestrutura portuária para facilitar o comércio com países do interior da África (Arif & Kusuma, 2021). Portanto, este acordo é um instrumento estratégico que visa não apenas aumentar o comércio bilateral, mas também fortalecer as relações económicas e políticas entre Moçambique e Indonésia, promovendo o desenvolvimento sustentável e a integração económica regional.

## Operacionalização do acordo bilateral sobre o comércio preferencial Moçambique-Indonésia

A Indonésia iniciou a implementação do acordo em junho de 2022, enquanto Moçambique planificava iniciar em abril de 2024, após a publicação dos anexos no Boletim da República (World Trade Organization, 2024). Quanto as concessões tarifas, Moçambique já eliminou tarifas sobre 217 produtos indonésios e por sua vez, a Indonésia isentou tarifas sobre 242 produtos moçambicanos favorecendo a diversificação do comércio bilateral (Asian Development Bank, 2023).

O acordo também prevê medidas técnicas para garantir a conformidade dos produtos comercializados. Essas disposições alinham-se com os padrões da Organização Mundial do Comércio, contribuindo para uma maior transparência e previsibilidade nas operações comerciais (World Trade Organization, 2024). Contudo, para assegurar a efectiva operacionalização do acordo, foi estabelecido um comité conjunto, que durante a primeira reunião realizada em outubro de 2023, ambos os países decidiram acelerar a utilização do acordo promovendo a cooperação entre câmaras de comércio e simplificando os procedimentos administrativos, o que deve facilitar o acesso de empresas aos benefícios do acordo (Legal Centric, 2023; Antara News, 2023).

## Os benefícios para Moçambique no acordo bilateral sobre o comércio preferencial Moçambique-Indonésia.

A iniciativa busca fortalecer os laços comerciais por meio da redução de tarifas e da eliminação de barreiras, abrindo espaço para que ambos os países diversifiquem suas exportações e atraiam novos investimentos (Asian Development Bank, 2022). Isso circunscreve-se no acesso preferencial a mercados como um dos principais benefícios que ele oferece aos mercados de ambos os países. Para Moçambique, isso significa uma redução de tarifas. Já a Indonésia obtém acesso facilitado a produtos moçambicanos da lista previamente estabelecida entre as partes (Portal de Comércio Externo, 2023).

Outro benefício importante está na diversificação de fornecedores e matérias-primas. Por exemplo, a Indonésia pode importar algodão de Moçambique, reduzindo a dependência de países tradicionais como China e Estados Unidos e diminuindo custos de produção em sectores estratégicos, como o têxtil (ASEAN Briefing, 2023). Para Moçambique, essa dinâmica oferece oportunidades de ampliar suas exportações e fortalecer sectores produtivos locais. O acordo também abre portas para uma cooperação mais intensa entre empresas e câmaras de comércio dos dois países. Parcerias estratégicas e projectos conjuntos tornam-se mais viáveis, e as oportunidades de negócios aumentam. (360 Mozambique, 2023).

Além de favorecer o comércio, o acordo pode contribuir para o crescimento económico de Moçambique, incentivando a industrialização e a geração de empregos. A redução de tarifas e a simplificação do comércio tornam o país mais atrativo para investidores estrangeiros, estimulando a produção local e criando condições para um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado (Asian Development Bank, 2022). Contudo, o sucesso depende da capacidade das empresas em se adaptar às novas condições comerciais (World Trade Organization, 2024).



A cooperação estabelecida pelo acordo tem o potencial de atrair investimentos directos estrangeiros, especialmente em sectores como energia, infraestrutura e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento económico sustentável (International Economic Association, 2022). Estes benefícios podem exigir ajustes regulatórios e logísticos para garantir eficiência (World Trade Organization, 2024). O fortalecimento da cooperação regional é outro benefício que se tem deste acordo, ele funciona como um modelo para outras nações africanas e asiáticas, promovendo maior integração económica entre os continentes e contribuindo para a estabilidade e prosperidade regional (International Economic Association, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acordo de comércio preferencial Moçambique-Indonésia oferece como benefícios à Moçambique, oportunidades de ampliar suas exportações e fortalecer sectores produtivos locais. A redução de tarifas e a simplificação do comércio tornam o país mais atrativo para investidores estrangeiros. Além de favorecer o comércio, o acordo pode contribuir para o crescimento económico de Moçambique, incentivando a industrialização e a geração de empregos. Este acordo também abre portas para uma cooperação mais intensa entre empresas e câmaras de comércio dos dois países. Parcerias estratégicas e projectos conjuntos tornam-se mais viáveis, e as oportunidades de negócios aumentam. Contudo, o sucesso depende da capacidade das empresas em se adaptar às novas condições comerciais.

## REFERÊNCIAS

360 Mozambique. (2023). *Mozambique and Indonesia Agree to Boost Preferential Trade Pact*. Recuperado de <https://360mozambique.com/business/mozambique-and-indonesia-agree-to-boost-preferential-trade-pact/>

Agência Moçambicana de Promoção de Exportações e Investimentos (APIEX). (s.d.). *Investimento estrangeiro em Moçambique: acordos bilaterais e oportunidades*. Disponível em <https://apiex.gov.mz/invest/>

American Bar Association. (2025). *International treaties*. [https://www.americanbar.org/advocacy/governmental\\_legislative\\_work/priorities\\_policy/promoting\\_international\\_rule\\_of\\_law/international\\_treaties/](https://www.americanbar.org/advocacy/governmental_legislative_work/priorities_policy/promoting_international_rule_of_law/international_treaties/)

Antara News. (2023). *Indonesia, Mozambique agree to boost preferential trade pact*. Disponível em <https://en.antaraneews.com/news/291870/jokowi-indonesia-mozambique-agree-to-boost-preferential-trade-pact>

Arif, N. S., & Kusuma, A. P. (2021). Indonesia–Mozambique Preferential Trade Agreement: Strategic Implications for Bilateral Trade. *Cakrawala: Jurnal Ilmiah Ilmu Sosial dan Ilmu Politik*, 10(2), 151-164. <https://ejournal.uksw.edu/cakrawala/article/view/5368>

ASEAN Briefing. (2023). *An Overview of Indonesia's Free Trade Agreements*. Recuperado de <https://www.aseanbriefing.com/news/an-overview-of-indonesias-free-trade-agreements/>

Asian Development Bank. (2020). *Indonesia–Mozambique Preferential Trade Agreement (IM-PTA): Summary and context*. ARIC FTA Database. Disponível em <https://aric.adb.org/fta/indonesia-mozambique-preferential-trade-agreement>

Asian Development Bank. (2022). *Indonesia-Mozambique Free Trade Agreement*. Recuperado de <https://aric.adb.org/fta/indonesia-mozambique-free-trade-agreement>

Asian Development Bank. (2023). *Indonesia-Mozambique Free Trade Agreement*. Disponível em: <https://aric.adb.org/fta/indonesia-mozambique-free-trade-agreement>

Asian Development Bank. (2024). *Mozambique–Indonesia Preferential Trade Agreement*. <https://aric.adb.org/fta/indonesia-mozambique-free-trade-agreement>

Baena-Rojas, J. J., & Herrero-Olarte, S. (2020). From Preferential Trade Arrangements to Free Trade Agreements: One of the Downturns of Cooperation in International Relations? *Social Sciences*, 9(8), 139. <https://doi.org/10.3390/socsci9080139>

Bagwell, K. W., & Mavroidis, P. C. (2011). *Preferential trade agreements: A law and economics analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <https://scholarship.law.columbia.edu/books/135>

Bhagwati, J. N., & Panagariya, A. (1996). *The economics of preferential trade agreements*. Washington, DC: AEI Press. Disponível em: <https://scholarship.law.columbia.edu/books/378>

CBD Secretariat. (2021). *Convention on Biological Diversity: Strategic plan and protocols*. <https://www.cbd.int/>

DHL. (2025). *Exploring Indonesia's free trade agreements*. Disponível em: <https://www.dhl.com/discover/en-id/logistics-advice/import-export-advice/indonesia-free-trade-agreements>

Dür, A., & Elsig, M. (Eds.). (2016). *Trade cooperation: The purpose, design and effects of preferential trade agreements*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781316480307>

International Economic Association. (2022). *Mozambique–Indonesia preferential trade agreement: Objectives and impacts*. <https://www.iea.org/policies/20838-mozambique-indonesia-preferential-trade-agreement>

International Energy Agency. (2024). Mozambique–Indonesia Preferential Trade Agreement. <https://www.iea.org/policies/20838-mozambique-indonesia-preferential-trade-agreement>

Krueger, A. O. (1999). Are preferential trading arrangements trade-liberalizing or protectionist? *Journal of Economic Perspectives*, 13(4), 105-124. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jep.13.4.105>

Legal Centric. (2023, 27 de outubro). *Agreement on the Acceleration of Utilization of the Indonesia-Mozambique Preferential Trade Agreement*. Disponível em: <https://legalcentric.com/content/view/186111>

Limão, N. (2016). Preferential Trade Agreements. In *Handbook of Commercial Policy* (pp. 1-56). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-63765-2.00001-3>

Limão, N. (2016). *Preferential trade agreements* (NBER Working Paper No. 22138). Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w22138>

Malkawi, B. H., & El-Shafie, M. I. (2019). The Design and Operation of Rules of Origin in Greater Arab Free Trade Area: Challenges of Implementation and Reform. *Journal of International Commerce and Economics*, 11(1), 1-22. <https://doi.org/10.2139/ssm.3437582>

ODI. (2025). *Technology transfer and international development*. <https://odi.org/documents/3758/7839.pdf>

Mansfield, E. D., & Milner, H. V. (2015). The political economy of preferential trade agreements. In *Trade cooperation: The purpose, design and effects of preferential trade agreements* (pp. 13-36). Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <https://hvmilner.scholar.princeton.edu/publications/political-economy-preferential-trade-agreements>

Pearson, K. (2020). *International relations: Treaties and agreements* [Sample chapter]. <https://www.pearsonhighered.com/assets/samplechapter/0/2/0/5/0205855946.pdf>

Penn State Global. (2025). *Guidelines for international partnership agreements*. <https://global.psu.edu/landing/general-guidelines-international-partnership-agreements>

Portal de Comércio Externo. (2023). *Acordo Preferencial Moçambique e Indonésia*. Recuperado de <https://portalcomercioexterno.gov.mz/wp-content/uploads/2023/12/ACORDO-COMERCIAL-MOCAMBIQUE-INDONESIA.pdf>

Republic of Mozambique & Republic of Indonesia. (2019). *Preferential Trade Agreement between the Government of the Republic of Indonesia and the Government of the Republic of Mozambique*. Disponível em <https://docs.wto.org>

Reuters. (2019, August 28). *Indonesia, Mozambique sign new trade deal*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/business/indonesia-mozambique-sign-new-trade-deal-idUSKCN1VI0JG/>

Schulz, M. (2022). *The role of international agreements in trade*. <https://www.schulztradelaw.com/post/the-role-of-international-agreements-in-trade>

Tridge. (2020, December 14). *IM-PTA Agreement, Opportunity for Indonesian Palm Oil to Dominate the African Market*. Disponível em: <https://www.tridge.com/news/im-pta-agreement-opportunity-for-indonesian-palm-o>

UNCTAD. (2022). *Bilateral investment treaties 2022*. <https://unctad.org/topic/investment/international-investment-agreements>.

UNEP. (2019). *Global environmental agreements and protocols*. <https://www.unep.org/resources>

World Trade Organization. (2019). *Indonesia–Mozambique Preferential Trade Agreement: Text and registration (RTAIS)*. Disponível em <https://rtais.wto.org>

World Trade Organization. (2024). *Mozambique–Indonesia Preferential Trade Agreement: Trade Policy Review*. [https://www.wto.org/english/tratop\\_e/tpr\\_e/s456\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s456_e.pdf)

World Trade Organization. (2024). *Regional trade agreements information system (RTAIS): Mozambique–Indonesia*. <https://rtais.wto.org/rtadocs/1151/TOA/English/Acordo%20Mocambique-Indonesia.pdf>

World Trade Organization. (2024). *Trade Policy Review: Mozambique*. Disponível em: [https://www.wto.org/english/tratop\\_e/tpr\\_e/s456\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s456_e.pdf)

Yao, X., Zhang, X., & Chen, X. (2021). The impact of preferential trade agreements on bilateral trade. *Journal of International Commerce and Economics*, 13(1), 1-22. <https://doi.org/10.2139/ssm.3580972>

Zawya. (2023). *President Jokowi affirms Indonesia's commitment to strengthen Indonesia-Mozambique cooperation*. Disponível em <https://www.zawya.com/en/press-release/africa-press-releases/president-jokowi-affirms-indonesias-commitment-to-strengthen-indonesia-mozambique-cooperation-s6vv09mt>